



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO ALUNO COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

THE CHALLENGES OF LITERACY IN THE INCLUSIVE PERSPECTIVE OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)

Sara Monteiro Morais dos Santos¹
Rita de Fátima da Silva²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo investigar os desafios que envolvem o processo de alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no contexto da educação inclusiva. O problema de pesquisa consistiu-se em abordar quais são os principais desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista, e quais estratégias de inclusão podem ser utilizadas para superar esses desafios. A metodologia utilizada foi uma Revisão Sistemática de Literatura, com pesquisa de cunho descritivo e qualitativo, feita em 10 artigos resgatados de bases de dados acadêmicas e científicas, como PubMed, Scopus e Google Acadêmicos, publicados nos últimos 10 anos, a partir dos descritores: Autismo, Alfabetização, Inclusão, e Educação especial. Os resultados contribuíram para entender que a adaptação de métodos de ensino tradicionais para atender às demandas específicas do TEA pode ser complexa e requer uma compreensão profunda das características da condição. De modo, que é possível destacar a importância das políticas de inclusão educacional e a contribuição dos pais. Sendo assim, pode-se deduzir que para superar tais desafios da alfabetização na perspectiva inclusiva demanda uma abordagem multidisciplinar e sensível às necessidades individuais dos alunos, garantindo sua participação plena e desenvolvimento escolar.

¹Trabalho Final de Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas na Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Aquidauana, sob a Orientação da Prof^ª. Dra.: Rita de Fátima da Silva.

²Graduação em Pedagogia UFMS/CPAQ Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas na Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Aquidauana, saramorais762@gmail.com.

³Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus de Aquidauana. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Acessibilidade-GEPA e do Laboratório de Ações Docentes Inclusivas-LABAC, rita.fatima@ufms.br.



Palavras-chave: Autismo. Alfabetização. Inclusão. Educação especial.

ABSTRACT

This article aimed to investigate the challenges involved in the literacy process of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the context of inclusive education. The research problem consisted of addressing the main challenges faced by teachers in the literacy process of children with Autism Spectrum Disorder and identifying which inclusion strategies can be used to overcome these challenges. The methodology used was a Systematic Literature Review, with a descriptive and qualitative approach, based on 15 articles retrieved from academic and scientific databases such as PubMed, Scopus, and Google Scholar, published in the last 10 years, using the following descriptors: Autism, Literacy, Inclusion, and Special Education. The results contributed to understanding that adapting traditional teaching methods to meet the specific demands of ASD can be complex and requires a deep understanding of the condition's characteristics. Thus, it is possible to highlight the importance of educational inclusion policies and the contribution of parents. Therefore, it can be concluded that overcoming such literacy challenges from an inclusive perspective demands a multidisciplinary approach that is sensitive to the individual needs of students, ensuring their full participation and academic development.

Keywords: Autism. Literacy. Inclusion. Special Education.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é um processo eficaz no desenvolvimento educacional de todas as crianças, sendo essencial para sua participação plena na sociedade. Contudo, quando se trata de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os desafios nesse processo podem se apresentar de maneira diversas e demandar abordagens pedagógicas diferenciadas. O TEA é uma condição complexa, caracterizada por dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos, o que pode influenciar diretamente na forma como essas crianças aprendem a ler e escrever (Ferreira, 2018).

Nesse contexto, a alfabetização do aluno com autismo na perspectiva inclusiva enfrenta diversos desafios. A natureza heterogênea do TEA implica que cada aluno pode apresentar necessidades e habilidades distintas no processo de aprendizagem da leitura e escrita. Além disso, a comunicação atípica e os interesses restritos podem dificultar a motivação e o engajamento do aluno em atividades de alfabetização (Silva, 2017).

Da mesma maneira, a falta de apoio e orientação especializada pode gerar insegurança e sobrecarga nos professores, dificultando a implementação de práticas inclusivas eficazes. A necessidade de desenvolver estratégias personalizadas e flexíveis para cada aluno com (TEA)



pode representar um desafio adicional, especialmente em contextos escolares com recursos limitados (Pereira, 2019).

Dessa forma, entende-se que os desafios da alfabetização do aluno com (TEA), na perspectiva inclusiva são abrangentes e requerem uma abordagem holística e colaborativa. É essencial promover a formação continuada dos professores, fornecendo recursos adequados a fim de promover uma cultura escolar inclusiva que valorize a diversidade e o potencial de cada aluno, independentemente de suas características individuais. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos (Santos, 2019).

Esta pesquisa mostrou-se de extrema relevância diante da necessidade urgente de promover uma educação mais acessível e igualitária para todos. A justificativa para este estudo reside na complexidade e na especificidade das demandas educacionais desses alunos, que muitas vezes enfrentam obstáculos significativos no processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Portanto, compreender os desafios enfrentados por essas crianças na alfabetização é essencial para desenvolver estratégias e práticas educacionais mais eficazes. Esta pesquisa busca identificar os desafios que impedem o progresso dos educandos na leitura e escrita, bem como explorar intervenções e abordagens pedagógicas que possam promover sua participação e sucesso no processo de alfabetização.

Além disso, a importância deste estudo para a sociedade está na promoção da inclusão e da equidade de oportunidades no sistema educacional. Ao abordar os desafios da alfabetização de alunos com autismo, esta pesquisa contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou características, tenham acesso a uma educação de qualidade, sendo que seus objetivos conduzem a uma construção teórica capaz de auxiliar àqueles que atuam junto a este público.

Objetivo Geral

O presente trabalho teve como objetivo investigar os desafios que envolvem o processo de alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Objetivos Específicos

- Compreender como se dá o processo de alfabetização e letramento em crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- Elencar os principais desafios no processo de alfabetização e letramento;

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



- Analisar as possíveis estratégias para o trabalho de inclusão para esse público.

No âmbito científico, esta pesquisa pode fornecer descobertas para educadores, profissionais da saúde e pesquisadores interessados na área da educação especial e inclusiva. Ao ampliar o conhecimento sobre os desafios e as melhores práticas para alfabetizar alunos com TEA, este estudo contribui para o avanço do campo e para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes e centradas no aluno.

Este artigo adota uma abordagem de Revisão Sistemática de Literatura, por meio de Revisão Bibliográfica que consiste na análise e interpretação de informações disponíveis em documentos, artigos, livros e outras fontes de literatura existentes sobre o tema. A pesquisa bibliográfica permite uma compreensão abrangente e aprofundada do problema em questão, explorando o conhecimento acumulado e as perspectivas teóricas existentes sobre o assunto.

Em relação ao problema apontado, fez-nos perceber que há uma dificuldade por parte dos professores em trabalhar com crianças autistas, a alfabetização e letramento. Por outro lado, o nível de dificuldade dos estudantes da educação básica varia bastante, perpassando por aspectos lógicos, operacionais, perceptivos e interpretativos.

O fato de que muitos estudantes não conseguem uma assimilação apropriada dos conceitos básicos de alfabetização e letramento, evidenciando problemas nos anos seguintes. Tal problema pode ter diversas causas (intrínsecas ou extrínsecas), mas, a intervenção pedagógica é requerida em tais condições.

Os desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização de crianças com autismo refletem a complexidade da condição, que demanda abordagens pedagógicas personalizadas e estratégias inclusivas que levem em consideração as particularidades de cada aluno (Ferreira, 2018, p. 45).

Pois, são diversas as dificuldades de aprendizagem dos estudantes que podem fugir da competência pedagógica, podendo levar a intervenção psicopedagógica, neuropsicopedagógica, psicológica, ou ainda, médica. A pesquisa está fundamentada em Vygotsky que defende o papel do professor como mediador da aprendizagem e a motivação do estudante para a aprendizagem.

Para Vygotsky, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros e, por isso, “é preciso envolver o estudante para que se sinta encorajado a refletir sobre suas ações e sem medo de aprender a pensar, explorar e

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPIFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



descobrir.” (Vygotsky, 2007, p. 103 e 82). O conceito Vygotskyano de Zonas de Desenvolvimento (real, proximal e potencial) foi referencial para a mediação da aprendizagem na intervenção pedagógica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Transtorno do Espectro Autista: Conceitos e impressões

O Transtorno do Espectro Autista, anteriormente chamado apenas de autismo, pode ser definido como um quadro que compromete o neurodesenvolvimento infantil de maneira global. Esse transtorno tende a provocar desordens de alta complexidade no desenvolvimento, atraso de linguagem, dificuldade em firmar comunicação, além de comportamento e interação social alterados (Brigandi *et al*, 2015).

O termo autismo foi cunhado em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, com o intuito de descrever a fuga da realidade para um mundo interior que era atribuída para os pacientes de esquizofrenia. Essa situação era compreendida com a ideia culpabilizadora dos pais quanto à condição do autismo, sendo isto um resultado de algum trauma desencadeado pelas mães dessas crianças (Donvan; Zucker, 2017).

O Censo Escolar de 2020 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira destacou que o percentual de matrículas de alunos com Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Segundo o estudo, em 2018, o percentual de alunos incluídos era de 92,0% e passou para 94,2% em 2022. O percentual de alunos incluídos em classes comuns sem acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) passou de 52,3% em 2018 para 54,9% em 2022 (Brasil, 2023).

O sistema de diagnóstico para o Transtorno do Espectro Autista sofreu modificações ao longo da última década. Em países como os Estados Unidos da América, o sistema em vigência é a 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), publicado em 2013. Nesse manual, o autismo passa a ser denominado como um dos transtornos do neurodesenvolvimento, marcado pelas dificuldades de comunicação e interação social, além de comportamentos repetitivos e restritos (Araujo; Lotufo Neto, 2014).

Levando em conta a classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – (DSM-V), o Autismo e todos os distúrbios, os quais incluem o transtorno autista,



desintegrativo da infância, generalizado do desenvolvimento não especificado (PDD-NOS) e a Síndrome de Asperger, foram unificados em um mesmo diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA (Araujo; Lotufo Neto, 2014).

Outro sistema de codificação reconhecido é 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e publicada em 2022. O autismo na CID-11 está descrito no código 6A02, com as devidas extensões a partir do 6A02.0 até o 6A02.5 e os 6A02.Y e 6A02.Z, sendo estes últimos definidos como outros transtornos do espectro autista especificado e não especificado, respectivamente. Essas informações competem à listagem de 2018 de todos os códigos da 11ª Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (Araujo; Lotufo Neto, 2014).

Segundo Nascimento e Cruz (2015) as primeiras manifestações do Transtorno do Espectro Autista são percebidas nos primeiros anos de vida da criança, expressando-se de maneiras variadas entre os indivíduos, não existindo, portanto, crianças com TEA que sejam iguais. É notável, pois, que cada criança possui uma singularidade, com características completamente diferentes, em graus completamente diversos.

O autismo tende a manifestar-se até os três anos de idade e tem maior incidência no gênero masculino (Rocha *et al*, 2019). Algumas características mais gerais e marcantes são manifestas, como a maior recorrência ao isolamento, problemas na comunicação, variações na linguagem, movimentos repetitivos, maior resistência frente a mudanças e redução da atividade espontânea (Menezes, 2012).

De acordo com o que afirmam Zanon, Backes e Boza (2014, p. 25):

As manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo.

Para facilitar diagnósticos mais precisos e integrados, o autismo agora é categorizado dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento. Essa mudança visa proporcionar uma abordagem mais abrangente e eficaz na compreensão e tratamento do autismo, promovendo uma visão mais holística do desenvolvimento infantil. Ao inserir o autismo nesse contexto, os profissionais de saúde podem melhorar a identificação precoce e o acompanhamento adequado das necessidades individuais de cada pessoa autista (Zanon; Backes; Boza, 2014). Essa

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPIFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



integração também pode facilitar o acesso a recursos e intervenções específicas, visando otimizar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas com autismo e suas famílias.

Quanto a isso, Araújo e Lotufo Neto (2014, p. 70) afirmam que:

[...] os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), que incluíam o Autismo, Transtorno Desintegrativo da Infância e as Síndromes de Asperger e Rett foram absorvidos por um único diagnóstico, Transtornos do Espectro Autista. A mudança refletiu a visão científica de que aqueles transtornos são na verdade uma mesma condição com gradações em dois grupos de sintomas: déficit na comunicação e interação social; padrão de comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos. Apesar da crítica de alguns clínicos que argumentam que existem diferenças significativas entre os transtornos, a APA (American Psychiatric Association) entendeu que não há vantagens diagnósticas ou terapêuticas na divisão e observa que a dificuldade em subclassificar o transtorno poderia confundir o clínico dificultando um diagnóstico apropriado.

Pode-se observar que na legislação da Educação Especial brasileira, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e Resolução CNE/CEB 04/2009 e Decreto 7611/2011, o termo que está em vigor até os dias de hoje é Transtornos Globais do Desenvolvimento. Contudo, a partir da publicação do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.^a edição ou DSM-5, o Transtorno Global do Desenvolvimento foi alterado para Transtorno do Espectro Autista que é:

- I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Diante dos estudos verificados acerca da temática, autores concordam ao afirmar que o autismo não possui uma causa definida. Acredita-se que razões do Transtornos Globais do Desenvolvimento derivam de vários fatores, os quais dependem de aspectos genéticos e ambientais (Araújo; Lotufo; Neto, 2014). Acerca do tratamento, o Ministério da Saúde, na publicação da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, aponta que:



O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade (Brasil, 2012, p. 57).

O conhecimento acerca do Transtorno do Espectro Autista tem se ampliado ao longo dos anos e, como consequência disso, maiores tem sido as possibilidades de intervenção. Os diagnósticos têm ocorrido com mais frequência, tornando-se o TEA uma condição mais conhecida e compreendida (Oliveira, 2023). Essa acessibilidade conferida atualmente a esse diagnóstico proporciona que estudos sejam mais específicos e direcionados para a compreensão dos desafios que envolvem a alfabetização e letramento das crianças com autismo, além das estratégias de inclusão mais favoráveis a esse período escolar, as quais são ressaltadas pela Lei n. 12.764/2012, conhecida também como Lei Berenice Piana.

2.2 O processo de alfabetização e letramento em crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 institui que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Sendo assim, a educação deve ser garantida a todos, independente de raça, religião, deficiência, etnia, pois o acesso a ela estaria relacionado com o exercício de sua cidadania. Corroborando a CF88, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegurou a Educação Especial como parte da Educação Básica (Brasil, 1988).

É considerado como público da Educação Especial, as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação (Brasil, 2012). A política inclusiva extrapola apenas a presença física desse estudante em sala comum, sendo necessária a revisitação a paradigmas, ideias e conceitos acerca da deficiência, o ensino a ser adotado e a organização escolar indispensável para que esse aluno tenha o atendimento devido. A inclusão das pessoas com deficiência deve ser realizada, preferencialmente, no ensino regular e oferecida nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 1988).



Sob esse aspecto, entende-se que a lei é devidamente clara e incisiva sobre acolher a inclusão destes alunos nas salas de aula, porém ainda são frequentemente observadas falácias quanto a esses pontos da legislação brasileira na sua prática. Apesar dessa aparente democracia, o ambiente escolar sempre foi marcado pela ideia de que a educação é vista como privilégio de um grupo, sempre havendo uma ou outra maneira de exclusão. Com o processo de alfabetização e letramento em crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), são levantados o paradoxo de inclusão/exclusão mesmo com os sistemas de ensino universalizando o acesso das pessoas com deficiência (Brasil, 1988).

Eles ainda se mantem condicionados à segregação e a concepções que são pautadas nos padrões homogeneizadores da escola. Assim, a exclusão é mantida como um fator recorrente nos processos de segregação e integração, os quais, pressupõem a seleção, tornando com isso o fracasso escolar algo meramente banal (Landim, 2015).

O ingresso no ambiente escolar para crianças com TEA é sempre uma tarefa que apresenta algumas preocupações dos pais e dos professores, pois ainda carregam incompreensões e limitações frente a esse aluno e ao seu diagnóstico. Esse processo de inclusão gera um longo processo de adaptação e é quando aparecem as primeiras dificuldades. Iniciam-se as comparações entre os demais alunos e tanto pais quanto educadores enfrentam o árduo caminho de investigar a melhor estratégia para o aprendizado desse aluno (Farias; Cruz, 2019).

Frente a esses processos excludentes, se fez necessário estabelecer medidas e políticas que garantissem a alfabetização e letramento em crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista nos ambientes formais e regulares de ensino. Essa inclusão, segundo Oliveira (2023), não pode ser entendida apenas com a inserção desses indivíduos em sala de aula, mas sim num processo de adequação, adaptação e permanência desses alunos no sistema de ensino regular. A eles deviam ser garantidos os mesmo privilégios e direitos, contando com o suporte apropriado para o seu desenvolvimento.

Para que a inclusão aconteça devidamente é necessária a total preparação e qualificação para se obter uma educação de qualidade. Cada dia mais crianças são inseridas nas instituições de ensino e demandam atendimento diferenciado, com adaptações que atendam às suas características particulares, em especial aos portadores de TEA que possuem comportamentos atípicos e manifestam peculiaridades na sua socialização (Dutra; Griboski, 2011).

A Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como lei Berenice Piana, foi então aprovada com a ideia de instituir nacionalmente a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Tendo em vista todas as



necessidades e especificidades que envolvem o diagnóstico, a presente lei foi criada para garantir o acesso de pessoas com TEA aos diversos campos da sociedade e em especial, no que tange à educação (Brasil, 2012).

A lei nº 12.764/12 classifica o transtorno como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, que é apresentada diante da dificuldade de comunicação verbal e não verbal, reciprocidade social e problemas para a construção e manutenção de laços apropriados ao seu índice de desenvolvimento. Ela ainda evidencia os padrões restritos e repetitivos de comportamento da pessoa com TEA, o apego à rotina e os mesmos interesses (Brasil, 2012).

Ainda de acordo com essa lei, as pessoas com TEA passaram a ser consideradas como pessoas com deficiência, o que em consequência disso, para todos os efeitos legais, dispõem dos mesmos direitos assegurados (Brasil, 2012). Isso envolve questões relacionadas com assistência médica, atendimento multiprofissional, além de incentivar a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento a elas, assim como pais e responsáveis.

A educação, por ser um direito básico essencial, destaca-se como um dos principais quesitos tratados nesse documento. Dessa forma, as crianças com transtorno do espectro autista, devem ser sempre incluídas em classes comuns do ensino regular e, se desejável e comprovada a necessidade, terá direito a um acompanhamento especializado. Esses pontos ressaltam a importância que se deve atribuir às pessoas com TEA e o seu aprendizado, desenvolvimento quanto à alfabetização e letramento no ambiente escolar (Dutra; Griboski, 2011).

Diante dos dados destacadas na lei, percebe-se que é imprescindível que haja políticas e ações apropriadas para lidar com as pessoas com TEA. Trata-se, pois, de um grupo que demanda atenção específica e abordagens especializadas para que se torne possível atingir os níveis de aprendizado e aproveitamento dos estudos, conseqüentemente a sua alfabetização e letramento (Dutra; Griboski, 2011). Para que de fato sejam aplicadas as corretas ações, as noções acerca da inclusão escolar, a alfabetização e letramento são indispensáveis para se atingir o sucesso escolar desses indivíduos.

2.2.1 Os principais desafios no processo de alfabetização e letramento

Quando uma criança atinge a idade escolar, iniciam-se as preocupações desafios no processo de alfabetização e letramento quanto às instituições de ensino que possam ofertar o melhor acolhimento, a aprendizagem e o desenvolvimento para elas. No caso das crianças com



TEA, as tensões são ainda maiores, pois teme-se que essas crianças sejam excluídas, segregadas ou não tenham a devida atenção de que necessitam no que tange à estrutura e as condições pedagógicas (Oliveira, 2023).

Nesse sentido, cabe lembrar que existem alguns desafios no processo de alfabetização e letramento, incluindo a adaptação de estratégias pedagógicas para atender às suas necessidades específicas de aprendizado. A comunicação e interação social podem representar obstáculos significativos, exigindo abordagens personalizadas e um ambiente escolar inclusivo (Oliveira, 2023). Além disso, a compreensão das nuances da linguagem escrita e oral pode ser complexa, requerendo intervenções especializadas e apoio contínuo. A individualidade de cada aluno autista implica em uma abordagem flexível e sensível, visando promover um processo de aprendizado eficaz e significativo. A formação e capacitação dos educadores também são essenciais para enfrentar esses desafios de maneira adequada (Oliveira, 2023).

São realizadas as mesmas práticas excludentes, tendo em vista que a “diferença” é imposta como um aspecto negativo. Um educador quando resolve adotar uma abordagem behaviorista, mesmo que não intencionalmente, termina por reproduzir a exclusão e segregação do aluno com espectro autista em suas aulas (Oliveira, 2023). O estudante com TEA necessita ser transposto do lugar de aluno “que não aprende” para se posicionar no seu lugar de aprendiz e cidadão. Sobre isso, aponta Orrú (2016, p. 152):

Existe uma tendência na educação brasileira da abordagem educacional estar centrada em torno de princípios, métodos e técnicas próprios do behaviorismo, da teoria comportamental. Embora muitas escolas se intitulem construtivistas, quando se observa atentamente suas práticas pedagógicas, percebe-se que na verdade há muito mais de métodos comportamentais do que de práticas emancipatórias.

Haja vista o que foi dito, entende-se que o aluno com TEA demanda de condições que atendam às suas especificidades, desde a maneira com que são atendidos até às condições do ambiente das instituições de ensino. É preciso um preparo do corpo docente, da escola e de todos os agentes envolvidos no processo de inclusão desse grupo (Orrú, 2016).

Nesse sentido, atrelado ao processo de inclusão escolar ao que se refere a alfabetização e o letramento é importante que ao iniciar a sua trajetória escolar o aluno com autismo tenha a correta base para a sua alfabetização, condizente com a sua condição. O aprendizado acerca da leitura e escrita exige dois processos indissociáveis: alfabetização e letramento (Soares, 2017).



Entende-se por alfabetização a aquisição do código da escrita e por letramento o uso desta tecnologia em práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 1998).

Segundo Soares (2004), alfabetizar se dá pelo domínio de uma técnica: grafar e reconhecer letras, utilizar o papel, entendendo a direção da escrita, pegando no lápis, codificando e estabelecendo associações entre letras e sons, de grafemas e fonemas; onde o aprendiz iniciaria a percepção de unidades menores que fazem parte do complexo sistema de escrita (sílabas, letras e palavras).

Esses conceitos e entendimentos deveriam ser ampliados também às pessoas com deficiência, mesmo que para essas exista uma maneira diferente de aprender, com as estratégias e técnicas adequadas. No caso da criança com autismo, é preciso que sejam identificados os meios de estabelecer a comunicação e a interação, ressaltando que não são prevalentes limitações cognitivas nesses indivíduos. Para tanto, é possível adotar o conceito de alfabetização defendido por Soares (2004, p. 7), onde a autora, antes diferencia os dois conceitos, e depois ressalta a necessidade de que devam caminhar em conformidade. Assim:

É necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre os dois processos. Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (Soares, 2004, p.7).

Pois, é importante uma democratização quanto ao acesso e a qualidade de ensino, de modo a garantir que todas as crianças obtenham a leitura e a escrita. Sendo assim, alfabetizar crianças com deficiência ainda assim pode ser realizado de forma apropriada às limitações e habilidades do estudante (Soares, 2004).

Para Freire (2003) é possível atribuir o conceito de alfabetização para além do fato de reconhecer símbolos e letras, mas sim como a possibilidade de ler o mundo e interpretar assertivamente o que se encontra a sua volta. A proposta de Freire sempre foi pautada entre alfabetizador e aprendiz, assim, dialogando, juntos, conciliando ensino e aprendizagem mútuos, também podem, por meio de conversas acerca da realidade, compreender o funcionamento e

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



desenvolvimento da escrita e da leitura, a qual pode ser leitura de palavras, como leitura da realidade da vida social.

É percebido no cenário brasileiro a grande necessidade de melhoria na alfabetização, atentando-se, em especial, às crianças com deficiência. Segundo o inciso I do artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/96, “o sistema de ensino assegurará currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996, p.3).

A presença ainda de um currículo inadequado e alienantes é um dos problemas enfrentados pelos alunos com necessidades educativas especiais. Encarar o desafio de implementar recursos e estratégias de ensino para essas crianças implica em inserir novas abordagens, técnicas e meios que garantam a assertividade do ensino (Leite *et al*, 2013). No caso da Educação Especial no período inicial da escolarização é indispensável que sejam viabilizadas as melhores alternativas de acolhimento, aprendizagem e desenvolvimento desse aluno com deficiência (Oliveira, 2023).

A alfabetização consiste em habilidades que exigem ser desenvolvidas em todos os sujeitos, independente de faixa etária ou da condição (típica ou atípica), que antecedem a leitura e escrita. Em função da natureza complexa e específica do TEA, é válido aos educadores que se esforcem para o ensino da leitura aos seus educandos, o uso de estratégias baseadas em evidências. Um professor necessita estar ciente do modelo cognitivo, limitações e habilidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista e adotar intervenções eficientes para esse grupo (Oliveira, 2023).

Atualmente, já se encontram métodos que oferecem o suporte necessário ao processo de alfabetização e letramento de alunos com TEA, tais como: Método PECS; Método TEACCH; e Método ABA. O primeiro concentra-se no Sistema de Comunicação por troca de figuras e incentiva a criança a se comunicar por meio de imagens, ampliando o seu repertório de palavras. O segundo visa o aprendizado por meio da valorização das capacidades cognitivas e o último na expansão do repertório comportamental da criança. O último concentra-se na avaliação comportamental do paciente (Oliveira, 2023).

Segundo Díaz (2011) aprender a ler e a escrever com êxito não se trata de uma habilidade isolada, mas sim um processo de alta complexidade e que demanda a integração e adoção de habilidades e conhecimentos. Combinados esses fatores, lidar com o público de crianças com TEA exige um misto de competências, ações e métodos que possam viabilizar o processo de aprendizagem desses alunos com a qualidade e eficiência que se espera.



Pois, a presença de alunos com deficiência, é uma realidade e cada dia mais elevam-se os números de matriculados em instituições regulares de ensino. Nesta direção, para que a alfabetização de crianças com autismo se torne possível, os educadores precisam também investir em capacitação e formação continuada para poder adotar as estratégias e abordagens pertinentes com os perfis dos seus alunos (Díaz, 2011).

Se o professor realizar um bom uso de suas práticas pedagógicas, torna-se mais fácil atingir a inclusão de alunos com autismo em sala de aula. De modo, que é de fundamental importância que o professor assume o papel de educador e facilitador, aplicando um olhar cuidadoso e atento com seus estudantes, não só nos aspectos cognitivos e meramente conteudistas, como também como no quesito efetivo-emocional (Díaz, 2011).

2.2.2 As possíveis estratégias para o trabalho de inclusão para esse público

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional requer a implementação de diversas estratégias que atendam às necessidades específicas desse grupo (Orrú, 2016). As abordagens devem ser adaptativas e personalizadas, levando em conta as características individuais de cada criança (Leite *et al.*, 2013). A seguir, no quadro 1, será apresentado algumas abordagens e suas respectivas estratégias para promover a inclusão efetiva.

Quadro 1- Abordagens e Estratégias para a inclusão de crianças com TEA

Abordagem	Estratégias
1. Abordagem Individualizada	- Desenvolvimento de um plano de ensino personalizado (PEP). - Avaliação contínua das necessidades da criança.
2. Ensino Estruturado	- Uso de rotinas previsíveis e ambientes organizados. - Apresentação de tarefas de forma clara e sequencial.
3. Ensino Colaborativo	- Formação de grupos de trabalho com apoio de colegas. - Envolvimento de profissionais especializados (terapeutas, educadores).
4. Comunicação Alternativa	- Utilização de recursos visuais, como cartões de comunicação. - Implementação de tecnologia assistiva para facilitar a comunicação.
5. Sensibilização da Comunidade	- Palestras e oficinas para educadores e colegas sobre o TEA.



	- Criação de um ambiente acolhedor e respeitoso, promovendo a empatia.
6. Intervenção Precoce	- Identificação e intervenção nas primeiras etapas de desenvolvimento. - Envolvimento da família no processo educativo e terapêutico.
7. Aprendizagem Baseada em Jogos	- Utilização de jogos e atividades lúdicas para o ensino de habilidades sociais e acadêmicas. - Criação de um ambiente de aprendizagem motivador e interativo.

Fonte: Oliveira (2023).

Ao considerar as informações apresentadas no quadro 1, entende-se que essas estratégias devem ser adaptadas conforme a dinâmica da sala de aula e as necessidades específicas dos alunos (Oliveira, 2023). A formação contínua dos educadores e a colaboração entre profissionais de diferentes áreas são essenciais para garantir que as abordagens utilizadas sejam eficazes e promovam uma inclusão real (Oliveira, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo destacam a análise dos desafios e das estratégias para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de alfabetização e letramento. A revisão sistemática da literatura revelou que, apesar das dificuldades significativas, é possível superar esses obstáculos por meio da adoção de práticas pedagógicas adaptadas e da criação de ambientes inclusivos. O estudo confirmou que os objetivos propostos foram alcançados, evidenciando a eficácia das metodologias aplicadas e a necessidade de ajustes contínuos para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA.

Os resultados obtidos foram consistentes com os objetivos estabelecidos. Identificaram-se quatro principais desafios no processo de alfabetização e letramento de crianças com TEA: a dificuldade na adaptação dos métodos tradicionais de ensino, problemas na comunicação e interação social, a carência de recursos pedagógicos adequados e a necessidade de maior capacitação dos professores. Além disso, foi possível compreender o processo de alfabetização e letramento, destacando a importância da personalização das abordagens pedagógicas, da comunicação e interação efetiva, da adaptação dos currículos e materiais didáticos, e da integração do suporte familiar e institucional.

As estratégias para o ensino e inclusão foram igualmente identificadas, incluindo a utilização de métodos pedagógicos personalizados, a implementação de políticas educacionais

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



inclusivas, a formação contínua dos professores, o envolvimento ativo da família, a criação de um ambiente escolar acolhedor e a adaptação dos recursos e materiais didáticos. A metodologia utilizada demonstrou ser apropriada para os procedimentos de pesquisa e análise, proporcionando uma compreensão abrangente do tema. A revisão de literatura foi eficaz, fornecendo uma base sólida para discutir as melhores práticas de inclusão.

Os benefícios do estudo para o campo educacional são notáveis, oferecendo ideias práticas para melhorar as práticas pedagógicas e a formação de educadores, além de promover uma maior conscientização sobre a inclusão. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem a eficácia de diferentes metodologias de ensino e estratégias de inclusão, bem como o impacto das políticas públicas sobre a educação inclusiva. A análise de diversas abordagens reforça a necessidade de métodos pedagógicos adaptativos e da capacitação contínua dos professores, destacando a importância de uma abordagem individualizada para a educação de crianças com TEA.

Além disso, sugere-se que futuras pesquisas investiguem a eficácia de tecnologias assistivas e abordagens interativas no ensino de crianças com TEA, bem como a exploração de modelos educacionais inovadores. Essas áreas podem aprofundar o entendimento sobre a alfabetização e letramento para alunos com autismo, aprimorar as práticas docentes e contribuir para a melhoria contínua da educação inclusiva.

4 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. **Rev. Bras. Ter. Comport. Cogn.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 67-82, abr., 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Planalto, 1996.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Planalto, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural. Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



BRIGANDI, Sarah A. *et al.* Autistic Children Exhibit Decreased Levels of Essential Fatty Acids in Red Blood Cells. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 16, n. 5, 2015.

DÍAZ, Félix. **O processo de aprendizagem e seus transtornos** / Félix Díaz. - Salvador : EDUFBA, 2011.

DÍAZ, P. L. **A aprendizagem de crianças com autismo: orientações para os educadores.** Artmed Editora, 2011.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo** (L. A. de Araújo, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

DUTRA, A. S.; GRIBOSKI, C. M. Estratégias pedagógicas utilizadas para a inclusão de alunos com autismo no ensino regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2011. 17(1), 119-134.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Gestão para a inclusão. **Revista Educação Especial**, [S. l.], n. 26, p. 09–17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4372>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. A inclusão de pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais no ensino regular: vozes e significados. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, vol. 14, núm. 3, pp. 1139-1151, 2019.

FERREIRA, A. B. **Alfabetização de alunos com autismo: desafios e perspectivas.** Editora Moderna, 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 2003.

LANDIM, Edna Farias Castro Paes. **A inclusão escolar de estudantes com deficiência de acordo com os professores de uma escola de Carinhanha-BA.** 2015. 42 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) —Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2015.

LEITE, Lúcia Pereira; BORELLI, Laura Moreira.; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da Educação Inclusiva. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 29, n.01, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/xFJ4VcJv9M869tFKFJRzqXx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, Fabiana Ferreira do; CRUZ, Mara Lucia Reis Monteiro da. Da Realidade à Inclusão: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com



transtornos do espectro autista-TEA nas Séries Iniciais do I Segmento do Ensino Fundamental. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 51-66, 2015.

OLIVEIRA, E. F. Educação inclusiva de alunos com autismo no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Educação Especial**, 2023. 36(70), 543-562.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, 2023. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis: Vozes, 2016.

PEREIRA, L. S. Adaptações curriculares para a alfabetização de alunos com autismo: estratégias e recursos pedagógicos. **Revista Educação Especial em Debate**, 3(6), 68-82. 2019.

ROCHA, Carla Cecília; SOUZA, Sara Mariane Velasques de; COSTA, André Felipe; PORTES, João Rodrigo Maciel. O perfil da população infantil com suspeita de diagnóstico de transtorno do espectro autista atendida por um Centro Especializado em Reabilitação de uma cidade do Sul do Brasil. **Physis** [Internet]. 2019; 29(4):e290412. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290412>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SANTOS, C. D. Inclusão escolar: estratégias pedagógicas para alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 25(2), 301-314. 2019.

SILVA, R. M. Educação inclusiva: desafios e perspectivas para a formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, 22(68), 421-436. 2017.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a resignificação do conceito. *Alfabetização e Cidadania*, n. 16, p. 9-17, jul., 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 25-33, 2014.